



CPLP e a Globalização¹

Introdução

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização criada em 1996, é um projeto político que agrupa países com base nos vínculos da história, da cultura e, mais especificamente, da língua. A CPLP enquanto organização tem por objetivo beneficiar a CPLP enquanto comunidade através de uma maior projeção político-diplomática, de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa e de cooperação nos mais variados domínios.

Importa ressaltar que, até à data, a CPLP pode orgulhar-se de várias vitórias importantes, entre as quais figuram a independência de Timor-Leste. Nas esferas da assistência técnica e cultural, destacam-se os intercâmbios em diversas áreas assim como vários projetos de promoção da língua portuguesa.

No entanto, embora tenham sido atingidos bastantes sucessos, é possível fazer mais e importa também reconhecer que também se anteveem desafios. Os detratores da CPLP tendem, na sua maioria, a apontar essencialmente para três fatores que estimam condicionar o projeto. Primeiramente, apontam para a descontinuidade geográfica, que é específica da organização, estando os países dispersos pelo mundo inteiro. Em segundo lugar também é frequentemente referida a heterogeneidade e os interesses em termos do contexto regional de cada um dos países. Isto é, certos países, antes de fazerem parte da CPLP, também fazem parte de organizações regionais que também são importantes (UA, UE, Mercosul, etc.). Em terceiro lugar, destaca-se a disparidade em termos de desenvolvimento dos países que fazem parte da CPLP. Para alguns observadores estes fatores representam as maiores condicionantes para uma maior inserção da CPLP na globalização económica.

A globalização económica refere-se à crescente interdependência entre as economias mundiais devido, principalmente, ao crescimento do comércio internacional, aos fluxos de capitais e à rápida difusão das tecnologias. Esta crescente interdependência tende, por um lado, a criar oportunidades, por exemplo, nas áreas do comércio e do investimento. Por outro lado, também aumenta os riscos, tal como sucedeu durante a crise financeira mundial, e inverte relações e fluxos que predominaram durante décadas.

Assim sendo, uma grande parte do sucesso futuro da CPLP enquanto comunidade dependerá da capacidade da CPLP de maximizar os benefícios associados com a globalização e minimizar os seus riscos. E, de certa forma, poderá argumentar-se que este é um momento propício para conduzir a CPLP a um patamar mais elevado, por diversas razões.

Em primeiro lugar, em 2012, segundo um estudo do BES, chegou-se ao ponto em que, ultrapassadas 250 milhões de pessoas no universo de língua portuguesa e sendo o português a quarta língua materna

¹ Documento preparado pela Direção Nacional de Política Económica, Ministério das Finanças, Dili, Timor-Leste

mais falada, a CPLP representa agora 3,6% da população mundial, 4,2% do PIB mundial e 2,3 % do comércio internacional. Adicionalmente, importa também ressaltar que, neste momento, os países da CPLP, na sua quase totalidade, estão como uma grande pujança económica, o que poderá fomentar sinergias intra-CPLP.

Em segundo lugar, estamos num momento inédito em termos de projeção de representantes da lusofonia nas mais altas esferas políticas e económicas. Uma lista, não exaustiva, inclui o atual (por pouco tempo) Presidente da Comissão Europeia, o atual Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio, o atual Diretor-Geral da FAO, o secretário executivo da Comissão Económica para a África, a enviada especial para o G7+. Acresce a esta já impressionante lista a crescente importância do Brasil no palco internacional como demonstrado pela realização de importantes eventos internacionais. Conjugados, estes fatores demonstram um forte crescimento em termos de “poder de influência” dos países da CPLP.

Em terceiro lugar, embora se aponte regularmente para a heterogeneidade dos países que compõem a CPLP, também existem vastos pontos de contacto que poderão abrir pontes para a cooperação no futuro. Se analisarmos a estrutura económica dos países da CPLP, é evidente que os setores dos recursos minerais, dos recursos naturais não minerais e dos serviços (mais especificamente do turismo) representam pontos de contacto. Na área da política económica a gestão das finanças públicas é também um elemento comum onde existe espaço para o intercâmbio de experiências e sistemas. E em cada um destes pontos de contacto existem, no seio da CPLP, países que são ótimos exemplos a nível mundial e outros que neste momento pretendem vir a ser histórias de sucesso nestas áreas, significando isto que estas semelhanças poderão eventualmente justificar intercâmbios de experiências ou ainda cooperações reforçadas.

Em último lugar, importa também ressaltar as oportunidades que a globalização traz em termos de fluxos de investimento. Há quem veja a descontinuidade geográfica da CPLP como um grande obstáculo. No entanto, também é possível ver essa mesma descontinuidade geográfica como uma oportunidade em termos de investimento tanto para o setor público como para o setor privado, pois os países da CPLP abrem as portas à maior parte dos mercados mundiais.

Este documento irá analisar dois tópicos, a saber: “os efeitos da globalização na gestão das finanças públicas” e “ como é que os Governos podem estimular o crescimento económico numa economia globalizada”. Em cada um destes temas analisar-se-á o contexto da CPLP.

O efeito da globalização na gestão das finanças públicas

Sendo a globalização um processo irreversível e consequente, a fim de dela beneficiar ao máximo os governos terão de adaptar as suas finanças públicas a uma situação internacional em constante mudança.

Esta secção irá incidir primeiramente sobre as receitas, onde, por um lado, a globalização incita fluxos financeiros mas por outro também cria oportunidades de evasão fiscal, sendo, cada vez mais, preconizadas soluções que envolvem uma maior cooperação entre os países.

Em segundo lugar esta secção irá também discutir as consequências da globalização no panorama do acesso ao financiamento externo, que cada vez mais se distancia das formas de financiamento mais tradicionais.

Em último lugar, esta secção irá também incidir nas despesas públicas, uma área em que a globalização também pode criar vencidos, pelo que é também importante os governos arranjam formas de mitigarem os impactos adversos da globalização nos vencidos, sem menosprezar a sustentabilidade orçamental a longo prazo.

Receitas provenientes de setores não minerais

Esta é uma esfera onde a globalização, mais uma vez, traz novas oportunidades mas também grandes desafios. Em primeiro lugar, através de uma maior mobilidade dos fluxos de investimento, a globalização permite atrair novas indústrias e aumentar a base industrial de um país. Em contrapartida, a maior mobilidade empresarial também faz com que, concomitantemente, seja mais fácil as empresas instalarem-se noutros países, procurando maiores lucros.

Em segundo lugar, devido à maior interdependência dos países e à redução dos custos de transporte, a globalização também tende a favorecer um certo tipo de atores económicos, nomeadamente as empresas multinacionais. Em terceiro lugar, a maior integração internacional proporcionada por este processo, pode aumentar a volatilidade das receitas domésticas na sequência de choques internacionais.

Os impactos supracitados têm implicações a vários níveis e destacam também um enigma, nomeadamente o de como aumentar as receitas domésticas num clima em que os fluxos de investimento são muito mais sensíveis às alterações no regime tributário de um país. Este enigma apela não só para melhorias nos sistemas tributários, como certas leis, mas também na implementação destes sistemas. Isto porque, mesmo nas economias mais avançadas, existe um nível de evasão fiscal consequente devido tanto ao setor informal como a violações cometidas pelo setor formal em termos de impostos. Ou seja, a globalização reforça a necessidade de estabelecer sistemas de tributação que sejam mais efetivos, simples de administrar e mais transparentes.

Um dos pilares para que exista uma política orçamental sustentável a longo prazo passa forçosamente por uma base sólida de receitas domésticas proveniente de uma sólida base industrial que permita ao Estado arrecadar receitas domésticas que permitam financiar as despesas do Estado.

Esta é uma área em que a CPLP enquanto organização pode fomentar a promoção de um intercâmbio de experiências e de competências, atendendo ao vínculo linguístico e à tradição jurídica comuns entre os países da CPLP. Ademais, tanto Portugal como o Brasil possuem sistemas de tributação mais avançados e uma maior experiência nesta área que poderia ser extremamente útil para os outros países. Por exemplo, recentemente, Timor-Leste, através do seu Ministério das Finanças, solicitou ao governo português ajuda para melhorar o seu sistema tributário.

Iniciativas como esta poderiam ser replicadas ou moldadas a nível multilateral para que a comunidade no seu todo tenha um foro em que possa usufruir deste tipo de cooperação. Além disso, nota-se que existem investidores cujos planos de investimento estão dispersos pela CPLP, podendo isto implicar que existem problemas comuns em termos de tributação nos vários países da CPLP, o que poderia justificar uma ação mais concertada no combate à evasão fiscal.

É óbvio que, para que tal possa acontecer, terão de se respeitar os acordos preexistentes na área da tributação. No entanto, esta é uma área em que poderá existir espaço para uma ação concertada da CPLP enquanto organização.

Receitas provenientes dos recursos naturais exauríveis

A globalização tem tido como efeito uma mudança no panorama energético mundial por várias razões. Primeiramente, o crescimento do comércio internacional, da atividade industrial e do poder de compra em países em desenvolvimento e/ou nos BRICS aumentou substancialmente a necessidade estratégica de acesso à energia.

Em segundo lugar, os países exportadores das fontes tradicionais de energia estão cada vez mais em países em desenvolvimento e/ou nos BRICS, implicando um crescente interesse geoestratégico nestes países.

No entanto, em terceiro lugar, importa também ressaltar que a maior interconectividade entre os países e os mercados internacionais também aumenta substancialmente a exposição dos países a choques nos mercados internacionais.

Em último lugar, o setor da energia é uma área dominada por um reduzido número de empresas multinacionais com práticas de negócios cada vez mais harmonizadas. Não é pois surpreendente que tantos os investidores como os desafios enfrentados pelos países, com a exceção de algumas idiossincrasias, sejam muito parecidos.

Os países da CPLP ocupam cada vez mais um lugar de destaque em termos de reservas de recursos energéticos. Para citar só alguns exemplos, tanto o Brasil como Angola se situam nos 20 maiores produtores de petróleo do mundo. Em Moçambique, as recentes descobertas de gás natural parecem indicar que, a curto prazo, Moçambique será um líder mundial em termos da produção de gás natural com reservas comparáveis com as do Qatar. São Tomé e Príncipe parece também ter potencial, na sua zona marítima conjunta com a Nigéria para se tornar exportador de recursos minerais. Timor-Leste e a Guiné Equatorial (observador) são dois dos países mais dependentes das receitas minerais.

Atendendo à importância dos recursos naturais exauríveis (especialmente o gás natural e o petróleo) para os países da CPLP, esta é uma área em que os países da comunidade estão expostos a riscos externos, tal como demonstrado pela baixa nos preços internacionais de petróleo aquando da crise financeira mundial recente. Isto implica que é uma área onde pode haver espaço de cooperação em termos de gestão dos fundos, mecanismos de mitigação dos choques, combate à evasão fiscal enquanto bloco, intercâmbio de experiências em várias áreas. Vários exemplos são citados *infra*:

- **Gestão de fundos de recursos minerais** Os recursos minerais, são, por definição, finitos, sendo por isso importante que possam não só beneficiar as gerações atuais mas também as gerações futuras. A fim de atingir este objetivo, um sistema comumente utilizado é a criação de um

fundo soberano, uma área em que existem países, como Timor-Leste, que são casos de sucesso, com o fundo bem situado em termos da qualidade da sua gestão.

- Contratos de exploração. Esta é uma área extremamente importante no que diz respeito às condições de exploração das empresas e é uma área onde, se se cometerem erros no início, poderá haver consequências a longo prazo. Por isso, esta é outra área onde não só a CPLP poderá proporcionar uma plataforma de intercâmbio de conhecimento mas também permitir aos países em vias de assinar contratos não cometerem os mesmos erros cometidos por outros membros da organização.
- Disputas marítimas. O caso da zona marítima conjunta de São Tomé e Príncipe com a Nigéria, mesmo que com algumas diferenças, é um caso semelhante ao de Timor-Leste com a Austrália. Por isso, é uma outra área em que poderá haver espaço para cooperação uma vez que uma grande parte do problema passa pelo direito internacional, comum a todos os países.
- Evasão fiscal. A área dos recursos minerais é uma área em que, em muitos países, existe uma assimetria entre o Estado e as empresas, não só em termos de conhecimentos quanto à tributação, mas também quanto ao poder negocial. Sendo que os problemas com os atores internacionais nesta área tendem a ser parecidos, parece poder justificar-se um tipo de ação mais concertada quanto à prevenção da evasão fiscal.
- Em último lugar, vários países membros da CPLP têm, ao longo dos anos, adquirido experiência própria no que diz respeito à exploração de recursos minerais. Portanto, uma possibilidade para a CPLP seria de fazer investimentos, bi- ou multilaterais entre os Estados, em vez de serem as empresas a fazê-lo.

Financiamento externo

Recentemente, tem-se observado uma mudança significativa nas fontes de financiamento externo. Após a crise financeira mundial, devido à recessão nos países desenvolvidos, tem-se notado uma tendência decrescente na ajuda oficial ao desenvolvimento prestada pelos membros do Comité de Assistência ao Desenvolvimento.

Ao mesmo tempo tem-se observado a emergência de outras fontes de financiamento (tanto empréstimos como outros tipos de financiamento) para o desenvolvimento. Destaca-se a crescente proeminência dos doadores que não fazem parte do Comité de Assistência ao Desenvolvimento, especialmente a China. Também existem cada vez mais fontes alternativas, tais como doadores filantrópicos e fundos globais (tais como o Fundo Mundial para o Clima).

Embora esta área não seja uma prioridade para todos os países da CPLP, a mudança no panorama do apoio ao desenvolvimento implica uma adaptação por parte dos países quanto à forma de receber esse apoio.

Os estudos realizados até à data parecem indicar que a fim de atrair as novas formas de financiamento externo existem vários aspetos que permitem aumentar as hipóteses de sucesso para atrair os fundos de apoio ao desenvolvimento. Entre os vários aspetos identificados salientam-se uma atitude proativa e estratégica nas negociações com os vários doadores e uma melhor rede de informação quanto à disponibilidade das várias fontes de apoio ao desenvolvimento.

Esta poderia ser uma área onde, enquanto bloco, a CPLP poderia melhorar as redes de informação de ajuda ao desenvolvimento para benefício de vários países dentro da comunidade. Além disso, é importante que, no futuro, estes tipos de financiamento sejam administrados através dos sistemas criados pelos países beneficiários.

Alternativamente, também poderia ser considerada a hipótese de estabelecer uma fonte de financiamento da CPLP através do estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento/Investimento e/ou de um Banco de Desenvolvimento da CPLP.

Despesas

Existem pelo menos duas teorias concorrentes que tentam explicar o impacto potencial da globalização nas despesas do Estado. Uma das teorias prevê que, devido às maiores pressões competitivas, os governos estejam sob maior pressão no sentido de uma despesa mais eficiente que vise aumentar a competitividade do país. A outra teoria, por sua vez, prevê que a globalização seja acompanhada de uma maior desigualdade nos rendimentos que poderá aumentar a pressão sobre os Estados para criar redes de proteção social destinadas a mitigar este efeito perverso da globalização.

Embora as teorias sejam concorrentes, não são mutuamente exclusivas e ambas apontam para pressões adicionais sobre as despesas do Estado no contexto da globalização, diferenciando-se maioritariamente no tipo de pressões (aumento da competitividade ou aumento da proteção social).

Neste sentido, uma vez mais, poder-se-ia justificar o intercâmbio de experiências e cooperação técnica. Em algumas áreas, como a educação, a cooperação já existe. No entanto, ainda não existe a nível da organização um fórum que permita discutir em detalhe as políticas para aumentar a competitividade e/ou melhorar a eficiência dos programas de proteção social, mesmo se já existem algumas relações bilaterais neste sentido.

Esta poderia ser uma área de cooperação pois Portugal é um país que é considerado como propício para o empreendedorismo a nível internacional. Além disso, o Brasil é considerado um dos casos de sucesso em termos de programas sociais, tais como o famoso programa “Bolsa Família” (que foi replicado noutros países, como Timor-Leste). Por isso, esta é outra área onde um intercâmbio poderia ter um impacto altamente benéfico para a CPLP.

Em último lugar, devido à crescente taxa da penetração da internet e de outras fontes de informação, existe também uma pressão cada vez maior sobre os Governos para aumentar a transparência nas suas despesas. Esta seria mais uma área onde, potencialmente poderia haver um intercâmbio frutuoso entre os países da CPLP

Como é que os governos podem estimular o crescimento económico numa economia globalizada

Descrição dos “factos estilizados” da globalização económica

Tal como anteriormente mencionado, o aumento do comércio internacional, a liberalização dos fluxos de investimento, a mudança nas megatendências económicas, assim como a importância crescente das empresas multinacionais resultantes do processo de globalização têm implicações significativas para o papel dos governos.

Em primeiro lugar, para que exista um processo de industrialização é também importante que os governos criem as infraestruturas adequadas para o desenvolvimento da atividade económica. Isto porque a falta de infraestruturas (eletricidade, estradas) pode criar um impedimento prático importante para o desenvolvimento das indústrias.

Em segundo lugar, em termos de investimento, a globalização económica de certa forma aumentou drasticamente as pressões competitivas na atração de indústrias, devido à cada vez maior mobilidade da mão-de-obra e do capital. Consequentemente, é cada vez mais importante para os governos veicularem os seus esforços a fim de fomentar um clima de investimento propício. Isto implica uma atenção redobrada a aspetos tais como as leis de investimento assim como os incentivos ao investimento.

Em terceiro lugar, importa não menosprezar a importância da promoção do investimento direto externo. Em geral, segundo um estudo do Banco Mundial, os países com uma melhor estratégia de promoção do investimento tendem a receber fluxos de investimento mais elevados, especialmente nas áreas explicitamente traçadas como prioritárias.

Em quarto lugar, a globalização também tem sido responsável por uma mudança das megatendências económicas. Existem várias mega tendências, algumas das quais se encontram listadas *infra*:

- Pressão demográfica e urbanização crescentes. A população do planeta está a crescer a uma velocidade estonteante e prevê-se que se aproxime dos 10 mil milhões de habitantes até 2050. O mais natural é que exista uma urbanização extremamente rápida e a criação de megápoles, megaregiões e megacorredores (distâncias entre duas megápoles com uma densidade populacional elevadíssima). Estas questões irão certamente aumentar a pressão em termos de planeamento urbano.
- Pressão do consumo. Uma maior população, aliada a uma maior classe média em muitos dos países em desenvolvimento faz prever um aumento do consumo.
- Pressão sobre os recursos. Populações mais elevadas irão aumentar a pressão sobre os recursos naturais energéticos e não energéticos e irão, provavelmente, incentivar uma maior eficiência da utilização dos recursos assim como a investigação de alternativas mais sustentáveis.
- Tecnologia. A globalização económica foi também acompanhada por uma globalização das tecnologias onde o exemplo mais flagrante é o da Internet. E esta é uma área onde poderão existir muitas oportunidades, porque ainda que com um crescimento elevadíssimo, a taxa de penetração da Internet em muitas partes do mundo continua baixa, o que sugere que esta será uma grande área de investimento no futuro.

Estas megatendências são irreversíveis e por isso será importante numa visão para o futuro os governos investirem em recursos que permitam, a médio prazo, tirar o máximo proveito destas

megatendências, nomeadamente orientando o sistema educativo para poder tirar o máximo proveito das megatendências.

Em quinto lugar, uma outra característica da globalização parece estar relacionada com a duração do ciclo económico mundial, que parece cada vez mais volátil e curto, implicando expansões e recessões económicas mais frequentes. E, devido à maior interdependência das economias mundiais, é possível que estes ciclos afetem os países mais profundamente, implicando uma maior necessidade de políticas contracíclicas por parte dos governos. Isto é, durante as recessões económicas os governos apostarem mais na expansão orçamental para minimizar os danos da recessão e durante os períodos de expansão económica diminuïrem as despesas.

Por último, devido ao risco crescente de contágio a nível da economia mundial, existe uma necessidade reforçada de uma economia diversificada que seja resistente a choques externos. As economias que assentam na sua quase totalidade numa só indústria poderão experimentar grandes dificuldades para absorver os choques externos.

Como é que a CPLP poderia fomentar o crescimento económico para uma maior integração na economia mundial?

Como já foi anteriormente referido, aponta-se regularmente a descontinuidade geográfica como um dos maiores obstáculos para a CPLP. No entanto, numa era em que os custos de transporte são cada vez mais baixos, esta mesma descontinuidade geográfica pode tornar-se uma vantagem.

Claro está que qualquer tentativa da CPLP para fomentar o crescimento económico dos seus membros está pré-condicionado pela existência de acordos regionais dos países da comunidade. No entanto, a grande maioria destes acordos incide maioritariamente nos fluxos de mercadorias. Por isso, as maiores oportunidades para a CPLP neste contexto situam-se provavelmente em termos de fluxos de investimento e intercâmbio de experiências. E, tendo em conta os prognósticos no que diz respeito à pujança orçamental dos membros da CPLP, este poderá ser o momento adequado para investimentos bi-, tri- ou multilaterais entre os membros da CPLP.

Outra razão pela qual este poderá ser o momento mais adequado tem a ver com os planos em termos de estratégia económica dos países da CPLP que, com as suas diferenças, assentam, na sua quase totalidade, em dois pilares, a saber: os recursos naturais (em sentido lato) e o setor dos serviços (onde o turismo e as novas tecnologias parecem ser as apostas dos países da CPLP). E nestas áreas já existem países na CPLP com uma vasta experiência empresarial.

- Agroindústrias. Tanto o Brasil como Portugal são países com uma longa tradição de investimento nas agroindústrias com uma base industrial já existente nestas áreas. Neste âmbito, a CPLP poderia abrir novas oportunidades para estas empresas investirem e explorarem novos mercados. No caso de Timor-Leste, por exemplo, um dos vizinhos, a Indonésia, é um dos mercados com maior expansão a nível do consumo de vários bens alimentares e a Austrália é um consumidor já estabelecido e, devido à sua posição geográfica, Timor-Leste encontra-se bem situado para satisfazer esse aumento da procura.
- Turismo. Vários países da CPLP veem o turismo como um setor-chave para o desenvolvimento futuro da economia. Devido à redução dos custos de transporte, aliada a uma classe média mundial em expansão, o setor do turismo afigura-se como um setor com grande potencial para o futuro. No entanto, atrair turismo não é propriamente fácil e vários países da CPLP poderiam vir a beneficiar de intercâmbios de experiência nesta área. Isto

porque países como Cabo Verde, Brasil e Portugal têm sido casos de sucesso na atração de turismo.

- Recursos energéticos. Vários países da CPLP já têm experiência na área dos recursos energéticos e poderia haver interesse em explorar a possibilidade de investimentos conjuntos e/ou entre países da CPLP nesta área.

Por isso há que averiguar qual a melhor direção a tomar e quais são os benefícios que a CPLP, enquanto organização, pode trazer à CPLP enquanto comunidade. Até hoje a CPLP tem dado mais atenção às componentes linguístico-cultural e da cooperação, uma atenção que deve ser mantida. No entanto, a nível de cooperação económica, o impacto da CPLP, embora crescente, permanece relativamente reduzido, e uma cooperação económica mais estreita no futuro (sobretudo na área dos investimentos) poderá ser um vetor importante a considerar.

Referências

- Agência Europeia para o Ambiente (2012). Assessment of Global Megatrends - an update - European Environment Agency. Retrieved June 20, 2014 from European Environment Agency, Web site: <http://www.eea.europa.eu/themes/scenarios/global-megatrends>
- Banco Espírito Santo (2012). A economia Portuguesa e a Lusofonia. Espírito Santo Research.
- Busemeyer, M. R. (2009). From myth to reality: Globalisation and public spending in OECD countries revisited. *European Journal of Political Research*, 48 455–482.
- DESA (2012). World Population Prospects the 2012 Revision.
- Fundação Calouste Gulbenkian, B. (2013). O Futuro da Agenda Global de Desenvolvimento: visões para a CPLP (nota de síntese da conferência internacional).
- KPMG (2013). Global megatrends - Future State 2030 . Retrieved June 21, 2014 from KPMG, Web site: <http://www.kpmg.com/global/en/issuesandinsights/articlespublications/future-state-government/pages/what-are-the-global-megatrends.aspx>
- Levy, B. (2012). The Role of Globalization” in Economic Development. University of Houston Working Paper.
- Lopes, C. (2014, 25 de Junho). *A CPLP na era da Globalização*. Descarregado a partir de www.youtube.com/watch?v=hs79o_kFoX0 .
- Meinhard, S. & Potrafke, N. (2011). The Globalization-welfare State Nexus Reconsidered . Working Paper Series.
- PWC (2013). Global Annual Review 2013: Five Global Megatrends:PWC. Retrieved June 21, 2014 from PWC, Web site: <http://www.pwc.com/gx/en/issues/megatrends/index.jhtml>
- Rickard, S. J. (2012). Welfare versus Subsidies: Governmental Spending Decisions in an Era of Globalization. *The Journal of Politics*, 74 (4), 1171–1183.
- Shangquan, G. (2000). Economic Globalization: Trends, Risks and Risk Prevention. CDP Background Paper, (1).
- Torres, A. & Ferreira, M. E. (2001). A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas. In *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Cooperação*, 23-119. Coimbra: Almedina.